mediação
UEMG - UNIDADE UBÁ
EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
Ano 2026 Edição 14
Jan / Jun. 2022
ISSN 2317- 4838

APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS DA CRECHE AO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO

Portuguese Language Learning from Daycare to the First Cycle of Basic Education

Zélia Leandro Sequeira Belo Torres
Instituto Jean Piaget de Almada
dir.ese@almada.ipiaget.pt
zeliabtorres@gmail.com

RESUMO:

Reforçamos a importância da comunicação/aprendizagem do Português nas crianças dos países PALOP, desde a idade da Creche, Jardim de Infância e 1ºCiclo do Ensino Básico, tendo por finalidade o enriquecimento de práticas de aprendizagem, desenvolvendo nas crianças a capacidade de ler, escrever, interpretar, tendo em vista implicações gramaticais e ortográficas.

Na creche e jardim de infância, além de sensibilizar e atender às necessidades psicológicas, educacionais, culturais e sociais, é pertinente considerar e articular o desenvolvimento do prazer aos conteúdos teóricos que se deseja transmitir. O português é trabalhado como um instrumento lúdico motivador nas crianças, como, mediante uma conversa, do jogo, do faz de conta, estimulando à formação e manifestação de vários pontos de vista; na literatura, transformar um gênero literário em outro, uma notícia de jornal em conto, um texto poético em crônica, porém sempre levando uma determinada situação-problema e oferecendo à criança/aluno oportunidades de atuar criativamente sobre a própria língua.

PALAVRAS-CHAVES: Aprendizagem, Português, Educação

UEMG - UNIDADE UBÁ
mediação
EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

Ano 2026 Edição 14
Jan / Jun. 2022

ISSN 2317- 4838

ABSTRACT:

We reforce the importance of communication / learning Portuguese in the children of the PALOP countries, since the age of the Nursery, Kindergarten and 1st Basic Education Cycle, aiming at enriching learning practices, developing in children the ability to read, write, interpret, considering gramatical and orthographic implications. In Creche and Kindergarten, in addition to raising awareness and meeting psychological, educational, cultural and social needs, it is pertinent to consider and articulate the development of pleasure with the theoretical content that one wishes to transmit. Portuguese is used as a motivating ludic instrument in children, as, through conversation, games, make-believe, stimulating the formation and manifestation of various points of view; in literature, transforming one literary genre into another, a new story in a short story, a poetic text in a chronicle, but always taking a particular problem situation and offering the child / student opportunities to act creatively in their own language

KEYWORDS: Learning, Portuguese, Education

mediação
UEMG - UNIDADE UBÁ
EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
Ano 2026 Edição 14
Jan / Jun. 2022
ISSN 2317- 4838

1. INTRODUÇÃO

> Um dos direitos que consolidam o conceito renovado de cidadania é o de cada um desenvolver o máximo das suas capacidades por forma a intervir ativamente na vida pública, política, econômica, social e cultural. Ora, este pressupõe a garantia de um outro direito anterior, precisamente o direito à educação, enquanto direito fundamental. Direito este que tem de revestir-se de conteúdo substantivo, material, não bastando proclamar a sua previsão legal. É, pois, bom de ver que só assegurando o direito à educação é possível falar, depois, em igualdade de oportunidades, que não pode confundir-se com a colocação de todos os alunos no mesmo ponto físico e temporal de partida. É a educação que gera a igualdade, ainda que relativa. Sem aquela, previamente assegurada, o que há é uma falsa igualdade e, assim, uma ilusória ideia de oportunidades igualmente disponíveis (Laborinho Lúcio 2017: 82).

A Educação Infantil é uma etapa crucial no processo de ensino-aprendizagem, consagrada na Convenção dos Direitos da Criança, ratificada por quase todos os países mundialmente. Pretende-se com este documento melhorar as condições de vida e o bem-estar das crianças, especialmente das expostas a situações pouco dignas da condição humana. De acordo com o relatório da UNESCO, intitulado Early Childhood Education (2007), a nível mundial, quatro em dez crianças vivem em contextos de pobreza e insegurança, o que justifica que 10,5 milhões de sujeitos com menos de 5 anos morram anualmente de doenças curáveis.

A Educação Pré-escolar, ainda que de frequência facultativa, é a primeira etapa de um longo caminho educativo com um peso decisivo no sucesso escolar e social dos jovens, e o Jardim-de-Infância configura-se como um espaço de tempo privilegiado para aprendizagens estruturantes e decisivas no desenvolvimento da criança. Nesse processo, é inquestionável o papel e a importância da linguagem como capacidade e veículo de comunicação e de acesso ao conhecimento sobre o mundo e sobre a vida pessoal e social. Moniz, M. (2009).

Na vida da criança, comunicação, linguagem e conhecimento são três pilares de desenvolvimento simultâneo, com um pendor eminentemente social e interativo. As crianças adquirem a respetiva língua materna ao mesmo tempo que desenvolvem competências comunicativas, por meio de interações significativas com outros falantes que as escutam e que vão ao encontro do que elas querem expressar. Ao conversar com a criança, o adulto desempenha o papel de suporte, interpelando-a, clarificando as suas produções, expandindo os enunciados que a criança produziu e providenciando modelos que ela testa. Esta função do adulto é determinante no processo de desenvolvimento do jovem aprendiz de falante, Vasconcelos et al. (2007).

A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei nº 5/97, de 10 de Fevereiro) estabelece como princípio geral que "a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida". Outro dos princípios gerais da educação Pré-escolar mencionado nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (1997, p.18) referente à Lei-Quadro é "favorecer a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança". Este princípio tem como objetivo fomentar o desenvolvimento da criança, no respeitante às suas características individuais, e ainda, o desenvolvimento que implica favorecer aprendizagens significativas e diferenciadas.

(Ministério da Educação, (1997).

O Jardim de Infância como locus de cidadania.

O jardim de infância, enquanto organização social participada, pode e deve proporcionar às crianças, de modo sistemático, uma das suas primeiras experiências de vida democrática. No jardim de infância a criança deixa de ser o centro, para se tornar um entre outros. Ela vai aprender a viver em grupo, a trabalhar com os outros, com a consequente distribuição de tarefas e gestão dos problemas de forma participativa. Aprende a ser autônoma nestas tarefas e a recorrer ao adulto como mediador, quando necessário.

A criança constrói a sua autoestima desde os primeiros anos de vida, à medida que se constrói a si mesma, na sua individualidade – gênero, raça ou etnia, país de origem, meio social ou religioso, necessidades educativas especiais. A sua autoestima constrói-se também no coletivo, na consciência de ser um elemento importante à vida em comum.

O jardim de infância forma as crianças a nível pessoal, emocional e social, educando o seu sentido ético e estético, prepara-as para uma efetiva prática de cidadania: aprendem a importância do respeito, como é difícil negociar diferentes pontos de vista mantendo a amizade, aprendem acerca da diversidade e da igualdade de oportunidades, da paridade entre os sexos, da diversidade de culturas, da importância de cuidar do ambiente e da saúde, interiorizando um sentido de responsabilidade social, Vasconcelos, T. (2007).

No período pré-escolar, o que se constata é que as necessidades básicas da criança são supridas pelos adultos, e as crianças sentem sua dependência com relação a eles. O seu mundo divide-se em dois círculos: um criado pelos pais ou pelas pessoas que convivem com elas, sendo que essas relações determinam as relações com todas as demais pessoas; o outro grupo é formado pelos demais membros da sociedade.

Segundo Azevedo (2003), crê firmemente que a criança é, desde o seu nascimento, uma exploradora nata de literacia, que aprende a relacionar-se com os outros por meio da linguagem e que o texto literário, com todo o seu rico caudal de possibilidades expressivas, constitui para ela um dos veículos privilegiados de acesso ao mundo. A criança, a língua e o texto literário da investigação.

A linguagem infantil vai passando por várias fases, correspondentes aos diferentes estados de desenvolvimento da personalidade infantil, de evolução intelectual e afetiva da criança. A língua é uma forma de expressão do pensamento, que é subjetivo, por isso, tal como o nosso ouvido "acordou" em determinada altura e tomou consciência do mundo dos sons que o rodeavam - captando-os, assimilando-os e transformando-os em palavras e frases que, por sua vez, foram transmitidas ao subconsciente - igualmente essas palavras e frases foram captadas, assimiladas e estruturadas sob outras formas e expressões verbais pelo nosso subconsciente. Toda esta aprendizagem só é devidamente alicerçada quando a criança entra para a escola e começa a aprender a estrutura gramatical da língua. Muitos autores devem ser estudados e entre eles estão: Freud, na Psicologia do Desenvolvimento Afeti-

mediação
UEMG - UNIDADE UBÁ
EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
Ano 2026 Edição 14
Jan / Jun. 2022
ISSN 2317- 4838

vo; Piaget, na Psicologia do Desenvolvimento Cognitivo; Vygotsky, na Psicologia da Linguagem; e Erickson, na Psicologia do Desenvolvimento Social.

O Educador/Professor/Pais deve ser sobretudo um facilitador de aprendizagens, um verdadeiro mestre em facilitar as transformações pessoais. Possui características
importantes, tais como flexibilidade, plena atenção, humor, vocação, intuição, paciência, humildade, dentre outras.

> O professor do século XXI, ao promover o questionamento, o pensamento crítico, o sentido de autonomia, o diálogo e a colaboração, está de facto a contribuir para o desenvolvimento de interações e de relações interpessoais produtivas entre os participantes e a criar as condições necessárias para que o saber circule, se multiplique, seja partilhado e (re)construído pelos alunos, (Morgado, 2001).

A família é, por excelência, o primeiro educador dos seus filhos. Como profissionais de educação, temos de ajudar os pais a valorizar o período da infância dos seus filhos. A proteção da vida infantil deve começar pela interiorização, por parte dos progenitores, da importância das relações precoces com vista a um desenvolvimento psicológico, emocional, cognitivo e social de sucesso, Torres, Z. (2008). Concordando com Sampaio, (2004), a investigação recente tem demonstrado que a seleção dos relacionamentos na juventude e na idade adulta tende a refletir as vivências da vinculação da criança; e que esta processa a informação acerca de si própria e do seu ambiente a partir da sua relação com adultos significativos.

> Toda a vida humana comporta um princípio, um meio e um fim. E é também, sempre, um processo interativo, em que se cruzam pessoas, objetos, situações, nos seus variados movimentos da vida e evolução, (Alarcão, 2000: 107).

Através da análise de resultados de um vasto conjunto de estudos realizados, mostram a importância da iniciação das crianças em idade pré-escolar na linguagem escrita, apresentam-se e caracterizam-se as noções de "consciência da linguagem oral" e de "consciência da linguagem escrita". A investigação tem provado que o desenvolvimento destas capacidades é facilitador da aprendizagem formal da leitura e da escrita no 1º Ciclo, sendo, por isso mesmo, prioritárias na atividade docente no Jardim de Infância.

É importante estarmos conscientes de que, para além de procurarmos as respostas no sentido de minorar as dificuldades em aprender a ler e a escrever, teremos necessariamente de dirigir os nossos esforços no sentido de evitar a onda crescente de dificuldades que os alunos dos Jardins de Infância e das Escolas do 1º Ciclo revelam ao
nível da expressão oral e escrita, quando iniciam a aprendizagem do Português tardiamente.

A afetividade é um outro importante fator que pode ser desenvolvido e observado, principalmente levando em consideração o estado emocional a que chegam as crianças às escolas, influenciados pela internet, mídia, enfim, pela revolução tecnológica e científica pela qual passa o mundo atual. A entrada no 1º ciclo de escolaridade assume-se como um marco significativo na vida e no desenvolvimento de todas as crianças. A forma como este processo, gerador de sentimentos ambivalentes, será experienciado e sentido terá consideráveis impa-

tos sobre transições futuras. Melo e Silva, (2012).

Ao constituírem as bases de novos conhecimentos a desenvolver no 1.º Ciclo, as aprendizagens metas para o final da Educação Pré-escolar são, assim, úteis ao trabalho dos professores do 1.º Ciclo. Poderão, finalmente, apoiar e esclarecer o diálogo com pais/encarregados de educação e a sua participação, que poderão ter acesso a um conjunto de aprendizagens importantes para o seu progresso educativo e escolar, compreendendo melhor o que as crianças aprendem e devem saber no final da educação pré-escolar, apoiando essas aprendizagens em situações informais do quotidiano.

Na Educação Pré-escolar não existem áreas curriculares disciplinares. Todas as áreas são curriculares não disciplinares e articulam-se de forma transversal, quer no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, quer no processo de planejamento e avaliação da ação educativa. Embora existam parâmetros de avaliação específicos nos diferentes domínios das áreas curriculares - Formação Pessoal e Social, Expressão e Comunicação e Conhecimento do Mundo - a sua leitura tem de ser feita de uma forma globalizante e contextualizada. As áreas propostas para estas vertentes estão organizadas de acordo com domínios de aprendizagem que são comuns a todo o ensino ao longo da escolaridade básica.

Objetivos da Educação Pré-escolar

a) Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática, numa perspetiva de educação para a cidadania;

b) Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;

c) Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;

d) Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;

e) Desenvolver a expressão e a comunicação por meio da utilização de linguagens múltiplas, como meio de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;

f) Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;

g) Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;

h) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;

i) Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade. (Sistema Educativo Nacional. Ministério da Educação).

As Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar (OCEPE) compaginam as grandes linhas nacionais orientadoras das práticas educativas no Jardim-de-Infância e as presentes brochuras, Linguagem e Comunicação no Jardim-de-Infância e a descoberta da escrita, são um contributo para a operacionalização das OCEPE,

Ano 2026 Edição 14
Jan / Jun. 2022
ISSN 2317- 4838

visando a atualização dos conhecimentos científicos e didáticos dos educadores nos domínios do desenvolvimento da linguagem oral e escrita das crianças em idade pré-escolar. Como objetivos específicos, as brochuras procuram enquadrar e promover práticas intencionais e sistemáticas de estimulação do desenvolvimento da linguagem e enfatizar a necessidade da continuidade de aprendizagens no domínio da língua entre a educação de infância e a sala de aula no 1.º Ciclo da Educação Básica. Sim-Sim, I. (2008).

A Oralidade nas Orientações Curriculares para o nível Pré-escolar

A preocupação com a capacidade de expressão oral no nível pré-escolar oficializou-se em 1997, com a publicação, pelo Ministério da Educação, das Orientações Curriculares do ensino Pré-Escolar. Neste texto, a preocupação com a linguagem oral, em todos os domínios referidos, isto é, gramatical, lexical e pragmático, é central, estando igualmente explícita a função que o meio linguístico e, em particular, o educador de infância desempenha na promoção da oralidade no jardim de infância . Estabelece-se, por exemplo, que a aquisição de um maior domínio da linguagem oral é um objetivo fundamental da educação pré-escolar. É no clima de comunicação criado pelo educador que a criança irá dominando a linguagem, alargando o seu vocabulário, construindo frases mais corretas e complexas, adquirindo um maior domínio da expressão e comunicação; facilitando a clareza de articulação; as interações proporcionadas pela vida de grupo, em grande grupo, em pequeno grupo ou no diálogo com outra criança ou adulto, constituem ocasiões de comunicação diferentes que levam a criança a apropriar-se progressivamente das diferentes funções da linguagem e adequar a sua comunicação a situações diversas. Ler é compreender. Para ensinar um leitor a construir o significado de um texto, é necessário conhecer os processos (cognitivos, linguísticos, motivacionais, textuais, entre muitos outros) envolvidos na leitura, Viana, (2009).

A aprendizagem da leitura é um processo complexo e moroso que requer motivação, esforço e prática por parte do aprendiz e explicitação sistematizada por parte de quem ensina. Saber ler significa, fundamentalmente, ser capaz de extrair informação de material escrito, indepedentemente do suporte (de papel ou informático), indepedentemente do tipo de texto e indepedentemente da finalidade da leitura, transformando essa mesma informação em conhecimento. Pela sua importância e oportunidade, são de salientar as referências específicas à ação pedagógica no domínio da leitura e da escrita, constantes nos perfis específicos de desempenho do professor do 1º Ciclo e do educador de infância.

Sobre a ação pedagógica específica do educador de infância, é referido que favorece o aparecimento de complementos emergentes de leitura e escrita, através de atividades de exploração de materiais escritos.

> Promove a aprendizagem de competências de escrita e de leitura, mobilizando conhecimentos científicos acerca dos processos de produção e de compreensão de texto escrito e das suas comunicações com a comunicação oral. Incentiva o aluno a utilizar diversas estratégias de aprendizagem e de desenvolvimento da leitura em vários tipos de textos e com diferentes finalidades. Sim-Sim, (2008).

O sucesso individual na aprendizagem da língua escrita resulta da confluência de diversos fatores, nomeadamente da vontade que a criança manifesta de aprender a ler e escrever, dos seus conhecimentos sobre o mundo, dos seus interesses, do domínio que possui da língua oral e da sua capacidade para isolar e identificar os sons da língua e realizar a correspondência entre esses sons e a sua representação gráfica (os grafemas).

Segundo o Programa de Português para o 1º Ciclo do Ensino Básico, as crianças que entram para a escola já fizeram, de um modo informal, aquisições linguísticas importantes no meio onde vivem e construíram ideias sobre a leitura e a escrita. Cabe à escola reforçar o seu contato com a língua escrita e, mais especificamente, com a leitura, de maneira agradável. Só assim desenvolverão a imaginação, a criatividade, a expressão de ideias e o prazer pela leitura.

Com a escolaridade básica, pretende-se que o aluno, através de um processo de pesquisa, seleção e organização de informação recolhida em suportes diversificados, construa saberes que lhe permitam integrar-se na sociedade, de forma crítica e interventiva. Este aspecto reflete-se no fato de uma das competências gerais definidas pelo Ministério da Educação. A promoção de melhores aprendizagens e o desenvolvimento de competências assentam na flexibilidade curricular e ainda no exercício efetivo de autonomia por parte das escolas. (Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação, 2018: 3). No artigo 4º do Decreto-Lei nº 55/2018, capítulo que se refere aos princípios orientadores que difundem a concepção, operacionalização e avaliação das aprendizagens no currículo, pode-mos ler: Garantia de uma escola inclusiva, que promove a igualdade e a não discriminação, cuja diversidade, flexibilidade, inovação e personalização respondem à heterogeneidade dos alunos, eliminando obstáculos e estereótipos no acesso ao currículo e às aprendizagens, assente numa abordagem multinível, que integra medidas universais, seletivas e adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, F. F. (2003). A criança, a língua e o texto literário da investigação à prática. Actas do I Encontro Internacional. Departamento de ciências Integradas e Língua Materna. Instituto de estudos da criança. Braga: Universidade do Minho.

DECRETO-LEI n.º 55/2018 de 6 de julho. Diário da República, 1.ª série — N.º 129 - 6 de julho de 2018. Lisboa: Ministério da Educação.

GUERREIRO, A. D. (2002). Para uma Comunicação mais inclusiva. Análise Psicológica, 3 (XX): 367-371.

GUERREIRO, A. D. (2018). Dicionário de Conceitos. Nomes e Fontes para a Inclusão. Humanizar a Vida em Cidadania e no Prazer Solitário de Existir. EDLARS – Educomunicação e Vida.

LÚCIO, L. A. (2017). A Educação e a Escola – Vamos fazer o que ainda não está feito. In, Palhares, L. (2017). Itinerários para uma Escola com Futuro. Revista ELO. Braga: Centro Formação Francisco Holanda.

MELO, M. e SILVA, J. (2012). Do Pré-escolar ao 1ºciclo do Ensino Básico: Experiências e Vivências da Transição. In International Journal of Developmental and Educational Psychology. Infancia y adolescência en un mundo de crisis y cambio. INFAD Revista de Psicología, Nº1-Vol.1, 2012. ISSN: 0214-9877. pp: 93-102.

MONIZ, M. (2009). A Abordagem da Leitura e da Escrita na Educação Pré-Escolar em Contexto de Supervisão em Angra do Heroísmo. Dissertação de Mestrado em Supervisão Pedagógica, especialização em Educação de Infância. Universidade dos Açores: Departamento de Ciências da Educação.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (1997). Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

MORGADO, L. (2001). O papel do professor em contextos de ensino online: problemas e virtualidades. http://www.univ-ab.pt/~lmorgado/Documentos/tutoria.pdf, acedido em fevereiro de 2013.

PIAGET, J. (1977). A linguagem e o pensamento da criança. São Paulo: Moraes Editores.

SAMPAIO, D. (2004). Árvores sem Voz. Lisboa: Editorial Caminho.SIM-SIM, I.; Silva, A. C. e Nunes, C. (2008). Linguagem e Comunicação no Jardim-de-Infância. Ministério de Educação. Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Lisboa.

SIM-SIM, I.; Silva, A. C. e Nunes, C. (2008). Linguagem e Comunicação no Jardim-de-Infância. Ministério de Educação. Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Lisboa.

TORRES, Z. (2008). A Influência das Práticas Parentais no Desenvolvimento de Perturbações na Infância e Adolescência. Tese Doutoramento. Málaga: Universidade de Málaga – Faculdade de Ciências da Educação.

UNESCO. (2007). Education for All Global Monitoring Report: Strong Foundations. Early Childhood care and education. Paris: United Nations Educational Scientific and Cultural Organization.

VASCONCELOS, T; ROCHA, C. LOUREIRO, C; CASTRO, J. MENAU, J.; SOUSA, O; HORTAS, M.; RAMOS, M.; FERREIRA, MELO, N.; RODRIGUES, P. ; MIL-HOMENS, P.; FERNANDES, S.; ALVES, S. (2007). Ministério da Educação: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Lisboa.

VIANA, F.L. (2009). PNEP. O Ensino da Leitura: Avaliação. Ministério da Educação: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Lisboa.